

5. INÍCIO DO PROCEDIMENTO DE REVISÃO REGULAMENTAR, POR ADITAMENTO, AO CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA – BOLSA SOCIAL DE MÉRITO A ATRIBUIR A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR:

Submete-se para aprovação do Executivo Municipal, o início de procedimento de revisão regulamentar, por aditamento, ao Código Regulamentar do Município de Braga, documento que se anexa.

Relatório do Documento nº 27156

DATA DE IMPRESSÃO 28/09/2018

NÚMERO DE REGISTO 27156

TIPO REGISTO INTERNO

DOCUMENTO Nº

DATA 00/00/0000

REFERÊNCIA

REGISTADO NO DIA 03/09/2018

REMETENTE FUNC.: PAULA REGINA VILACA DA ROCHA

TIPO DE DOCUMENTO DOCUMENTOS INSTRUTÓRIOS

LIVRO DE REGISTO LIVRO DE CORRESPONDÊNCIA

OBSERVAÇÕES

AGUARDA RESPOSTA

REGISTADO POR paula.rocha

ATUALIZADO miguel.gulmaraes

POR

ASSUNTO

Regulamento de Atribuição de Bolsa Social de Mérito a Estudantes do Ensino Superior

Concordo,
F. - M. U. M.
03 OUT 2018

Anexos do documento

Contém 1 anexo(s) do tipo Diversos / Data: 03/09/2018

Observações: Proposta de regulamento

Contém 1 anexo(s) do tipo Documentos Instrutórios / Data: 25/09/2018

Observações: Aviso do início do procedimento

Contém 1 anexo(s) do tipo Informação de carácter técnico / Data: 25/09/2018

Observações: Informação inicial do procedimento

Contém 1 anexo(s) do tipo Documentos Instrutórios / Data: 25/09/2018

Observações: Proposta do Pelouro da Educação

GAOA

Detalhes do Original / Outro(s) Destinatário(s)

1. Original Func.: Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimaraes

CLASSIFICAÇÃO

PROCESSO 2018/7

OBSERVAÇÕES

Movimentos

Movimento (1) no dia 03/09/2018 12:15 para Func.: Elisa Amélia Oliveira da Cunha Coelho

Movimento efetuado por elisa.coelho Func.: 5448 - Elisa Amélia Oliveira da Cunha Coelho

Motivo: Registo original!

Movimento (2) efetuado no dia 25/09/2018 15:49 para Func.: Maria Isilda Paredes Oliveira Castro Vilas Boas

Movimento efetuado por elisa.coelho Func.: 5448 - Elisa Amélia Oliveira da Cunha Coelho

Motivo: Ex.ma Sra. Chefe da DSJC, Drª Isilda Castro, Reencaminho proposta de informação para envio ao Sr. Presidente, sobre a elaboração de Regulamento de Atribuição de Bolsas Sociais de Mérito a estudantes do ensino superior. À consideração superior, Elisa Cunha Coelho

Movimento (3) efetuado no dia 25/09/2018 17:59 para Func.: Miguel Pedro Pires Ribeiro Antunes Guimaraes

Movimento efetuado por isilda.castro Func.: 852 - Maria Isilda Paredes Oliveira Castro Vilas Boas

Motivo: Concordo. Deverá relegar-se ao Sr. Presidente para, se assim concordar, relegar a proposta regulamentar ao Executivo para deliberação do início do procedimento, nos termos do artigo 98º do Código do Procedimento Administrativo. À CS. Isilda Castro

O Diretor Municipal de Gestão Administrativa e Prospetiva
Miguel Antunes Guimaraes

Relatório do Documento nº 27156

DATA DE IMPRESSÃO 28/09/2018

NÚMERO DE REGISTO 27156

Documentos do Processo

Interno em 03/09/2018 n.º 27156

Remetente: Func.: Paula Regina Vilaca da Rocha

Livro de registo: Livro de Correspondência

Tipo documento: Documentos instrutórios

Documento nº:

Referência:

Data: 00/00/0000

Documento nº: Interno n.º 13210 de 26/04/2018

Assunto: ALTERAÇÃO AO CRMB OU NOVO REGULAMENTO – **Bolsa Social de Mérito a atribuir a estudantes do ensino superior**

Informação de 25/09/2018

Gestora do Procedimento: Elisa Cunha Coelho

ANÁLISE

Pelo Pelouro da Educação, através de Informação nº 29231 de 21/09/2018, foi proposta a criação de uma «**Bolsa Social de Mérito a Estudantes do Ensino Superior**», com a seguinte justificação:

«O Município de Braga tem como um dos seus primordiais objetivos a prossecução dos interesses próprios e comuns dos seus munícipes. Desta forma, o desenvolvimento territorial e a equidade social determinam a adoção de medidas que garantam a igualdade de oportunidades e promovam o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais.

Atendendo ao exposto, o Pelouro da Educação enceta, no ano letivo 2018/2019 a abertura de candidatura a uma bolsa social de mérito que visa, fundamentalmente, a promoção de um ensino equitativo.

Com a atribuição de uma bolsa de estudo social de mérito pretende-se, para além do colmatar de algumas disparidades, a distinção dos estudantes com aproveitamento escolar excecional, tal como previsto no Regulamento de Atribuição de Bolsas de Mérito a Estudantes de Instituições de Ensino Superior (Despacho n.º 9938/2010). Serão estabelecidos anualmente o número de bolsas a atribuir e o valor das mesmas, de acordo com a flexibilidade orçamental do Município.

Face ao exposto propõe-se a aprovação do Regulamento que define as regras de atribuição de bolsa de estudo por parte do Município de Braga a estudantes que sejam admitidos em estabelecimentos de ensino superior, em cursos devidamente homologados para obtenção do grau académico de licenciatura, nos termos do artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, das alíneas K) e u) do nº 1 do artigo 33º e alínea g) do nº 1 do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (o presente normativo regulamenta a atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior).»



A Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro vem consagrar no seu anexo I as atribuições das autarquias locais e competências dos diferentes órgãos.

No que ao município concerne consta na alínea hh) do artigo 33.º que compete à câmara municipal deliberar no domínio da ação social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes.

Conforme se refere no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 30/2015, de 12 de fevereiro, *"O regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, regulamenta a celebração dos contratos interadministrativos de delegação de competências e remete para ato legislativo a identificação das competências que são delegáveis nas autarquias locais, o que se faz através do presente decreto-lei."*

Consta do artigo 8.º deste diploma que "No domínio da educação, no que se refere ao **ensino básico e secundário**, são delegáveis nos órgãos dos municípios e das entidades intermunicipais as seguintes competências:

a) No âmbito da gestão escolar e das práticas educativas:

- i) Definição do plano estratégico educativo municipal ou intermunicipal, da rede escolar e da oferta educativa e formativa;
- ii) Gestão do calendário escolar;
- iii) Gestão dos processos de matrículas e de colocação dos alunos;
- iv) Gestão da orientação escolar;

v) Decisão sobre recursos apresentados na sequência de instauração de processo disciplinar a alunos e de aplicação de sanção de transferência de estabelecimento de ensino;

vi) **Gestão dos processos de ação social escolar;**

(...)"

Quanto aos recursos financeiros, o mesmo diploma determina que os contratos preveem a transferência dos recursos financeiros necessários e suficientes para o exercício das competências delegadas na entidade local, sem aumentar a despesa pública do Estado.

Nesta conformidade, resulta da conjugação destes diplomas que relativamente aos apoios sociais as autarquias locais só serão competentes no que concerne aos ensinos básico e secundário pelo que os subsídios a estudantes do ensino superior não poderão ser assegurados pela autarquia local.

Acresce referir quanto a apoios de cariz social que a alínea v) do artigo 33.º atrás mencionado atribui competência à câmara municipal para *"participar na prestação de serviços e prestar apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade, em parceria com as entidades competentes da administração central e com instituições particulares de solidariedade social, nas condições constantes de regulamento municipal;"*

Nesta conformidade, a autarquia local só poderá enquadrar eventuais apoios aos referidos estudantes mediante as parcerias a que a norma alude e desde que as pessoas em causa se enquadrem em estratos sociais comprovadamente carenciados e se encontrem em situação de vulnerabilidade.



3.1 No primeiro caso, o de "as leis que visam regulamentar", em causa os designados regulamentos complementares ou de execução, assim considerados aqueles que desenvolvem ou concretizam a lei.

3.2 No segundo caso trata-se de regulamentos independentes ou autónomos, os quais, de acordo com o n.º 3 do artigo 136.º do CPA "visam introduzir uma disciplina jurídica inovadora no âmbito das atribuições das entidades que os emitam".

Estes regulamentos pretendem assegurar a realização das atribuições específicas da entidade pública, sem desenvolver nenhuma lei em especial, e constituem expressão, no caso dos Municípios, da autonomia do Poder Local.

Reitera-se o facto da CRP e do CPA exigirem que estes regulamentos autónomos – onde se subsumiria o eventual regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior – identifiquem a competência subjectiva e objectiva para a sua emissão.

4. Cotejado e confrontado o exposto, resulta que os órgãos do Município só poderão fazer aprovar um regulamento municipal relativo à atribuição de bolsas de estudo a alunos do Município que frequentam o ensino superior, se demonstrarem que esse fim se contem dentro das suas atribuições e, bem assim, quais as competências objectiva e subjectiva dos seus órgãos.

5. Começando pelas atribuições releva, desde logo, enquadrar que a Lei n.º 75/2013 considera atribuições do Município a promoção e salvaguarda dos interesses próprios das respectivas populações e apresenta um elenco exemplificativo das mesmas (cfr. os artigos 2.º e 23.º).

Esmiuça-se que a Lei n.º 75/2013 enuncia, genericamente, atribuições nos domínios da educação e da acção social (Cfr. o artigo 23.º, n.º 2, alíneas d) e h), respectivamente).

6. Seguindo para a competência subjectiva, e porque o questionado regulamento produziria efeitos para o exterior – a denominada eficácia externa – importa referir que determina expressamente a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, sempre da Lei n.º 75/2013, que "Compete à assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal (...) g) Aprovar as posturas e os regulamentos com eficácia externa do município".

À semelhança de outros elencados, em causa um poder atribuído à Assembleia Municipal que pressupõe a existência prévia de proposta apresentada pela Câmara Municipal. Constitui por isso uma competência conjunta condicionada, na medida em que, como se expôs, o seu exercício implica a manifestação da vontade dos dois órgãos do Município, sendo que a falta de vontade manifesta de um resulta na invalidade do acto.

6.1 Correlativamente, estabelece a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º da mesma Lei que "Compete à câmara municipal: (...) k) Elaborar e submeter à aprovação da assembleia municipal os projectos de regulamentos externos do município, bem como aprovar regulamentos internos".

7. Demonstrada a competência subjectiva dos órgãos, resta agora apresentar a competência objectiva que legitima a emissão de um regulamento municipal para a atribuição de bolsas de estudo a alunos do Município que frequentam o ensino superior.

7.1 Com efeito faz todo o sentido que assim seja. Não nos esqueçamos que o exercício de competências com carácter definitivo e universal pelos Municípios, requer a sua transferência pela via legislativa com previsão, expressa, dos recursos humanos, patrimoniais e financeiros, necessários e suficientes ao exercício das mesmas

Ainda mais longe vão, Alberto Álvaro Garcia, Eliana de Almeida Pinto e João Evangelista Fonseca, no seu «Comentários à Lei nº 75/2013» (Rei dos Livros, junho de 2018), ao entender que a competência prevista na referida alínea v) da Lei nº 75/2013, de “*apoiar as pessoas em situação de vulnerabilidade*”, permite à Câmara conceder apoios **por iniciativa isolada**, desde que as condições quanto à atribuição desse apoio constem de regulamento elaborado para o efeito.

Acréscendo que “Este apoio deverá funcionar como um instrumento de suporte às dificuldades sentidas pelas pessoas num determinado momento evitando a exclusão social e promovendo a inclusão social das mesmas. O regulamento municipal compreenderá os termos gerais das condições de acesso aos apoios e os critérios aplicáveis à hierarquização dos concorrentes. O indexante dos apoios sociais (IAS) constitui o referencial determinante da fixação, cálculo e atualização dos apoios e outras despesas e das receitas das autarquias locais, qualquer que seja a sua natureza, previstos em atos regulamentares (art. 2º da Lei nº 53-B/2006, de 29 de dezembro, na sua redação atual, que cria o indexante dos apoios sociais e novas regras de atualização das pensões e outras prestações sociais do sistema da segurança social.¹)”.

Ultrapassada esta questão teremos que ter em conta os procedimentos obrigatórios a seguir, em cumprimento do estabelecido nos artigos 97º a 101º do Código de Procedimento Administrativo, vertidos no procedimento de trabalho que a seguir se identifica:

1

«CAPÍTULO II

Âmbito, montante e atualização do IAS

Artigo 2.º

Âmbito do IAS

1 - O IAS constitui o referencial determinante da fixação, cálculo e atualização dos apoios e outras despesas e das receitas da administração central do Estado, das Regiões Autónomas e das autarquias locais, qualquer que seja a sua natureza, previstos em atos legislativos ou regulamentares.

2 - Para o efeito do disposto no número anterior, relevam os apoios concedidos e as receitas cobradas a pessoas singulares ou coletivas de natureza privada e a entidades públicas de natureza empresarial

3 - O disposto no n.º 1 não prejudica a existência de outras regras de indexação, em relação aos atos de concessão de apoios e realização de outras despesas ou de cobrança de receitas das Regiões Autónomas e autarquias locais que resultem das respetivas competências próprias.

4 - Sem prejuízo do disposto no n.º 1, por lei, podem excecionalmente ser fixadas outras formas de indexação, desde que fundadas razões o justifiquem.»

INFORMAÇÃO/PROPOSTA

Do processo que foi remetido a esta DSJC constam todas as informações necessárias para que o mesmo seja iniciado, ou seja, a proposta está devidamente fundamentada no documento que se anexa, e que aqui se dá por integralmente reproduzido – **DOCUMENTO Nº 2**

PROPOSTA

Salvo melhor opinião, deve tratar-se não da elaboração de um regulamento autónomo, mas sim de Regulamento a incluir no CRMB, na Parte F – Apoios Municipais.

*

O processo está em condições de ter seguimento para o Ex.mo Sr. Presidente da Câmara.

Depois de aprovada a presente informação, deverá o processo ser remetido ao Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos (GAOA) para os procedimentos necessários à submissão a reunião do Executivo Municipal (Ordem de Trabalhos), para:

- Aprovação do **início do presente procedimento de revisão regulamentar, por aditamento**, que deverá depois ser publicitado na Internet, no sítio institucional da CMB, nos termos do disposto no artigo 98º do CPA.

À consideração superior,

A jurista, gestora do procedimento,

AVISO DE ABERTURA
DO PERÍODO DE PARTICIPAÇÃO PROCEDIMENTAL RELATIVO AO INÍCIO
DE PROCEDIMENTO DE alteração, por aditamento, ao
CÓDIGO REGULAMENTAR DO MUNICÍPIO DE BRAGA

Torna-se público nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 98º, nº 1 do Decreto-Lei nº 4/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Procedimento Administrativo, o seguinte:

1. A Câmara Municipal de Braga, em reunião ordinária realizada no dia ____/____/2018, **deliberou** iniciar nessa data um procedimento que tem por objeto a elaboração e aprovação de **Revisão Regulamentar/Aditamento - CRMB**, ao abrigo do disposto na Constituição da República Portuguesa (artigos 112º e 241º), alínea k) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro e da Lei Habilitante – alínea v) do nº1 do artigo 33º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.
2. A referida revisão pretende aditar um Regulamento Específico para Atribuição de Bolsas Sociais de Mérito a Estudantes do Ensino Superior – **Aditamento à Parte F do Código Regulamentar do Município de Braga – Apoios Municipais**.
3. Podem constituir-se como interessados no procedimento todos aqueles que, nos termos do nº 1, do artigo 68º do CPA, sejam titulares de direitos, interesses legalmente protegidos, deveres, encargos, ónus ou sujeições no âmbito das decisões que nele forem ou possam ser tomadas, bem como as associações, para defender interesses coletivos ou proceder à defesa coletiva de interesses individuais dos seus associados que caibam no âmbito dos respetivos fins.
4. Os interessados podem ainda, no prazo de **10 dias úteis**, formular contributos ou sugestões sobre quaisquer questões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de elaboração e aprovação da **Revisão por aditamento Regulamentar**, sem prejuízo da ulterior audiência dos interessados e consulta pública.

Nº Informação: 29231

Data: 21/09/2018

ASSUNTO: REGULAMENTO PARA ATRIBUIÇÃO DE BOLSA SOCIAL DE MÉRITO A ESTUDANTES DO ENSINO SUPERIOR

O Município de Braga tem como um dos seus primordiais objetivos a prossecução dos interesses próprios e comuns dos seus munícipes. Desta forma, o desenvolvimento territorial e a equidade social determinam a adoção de medidas que garantam a igualdade de oportunidades e promovam o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais.

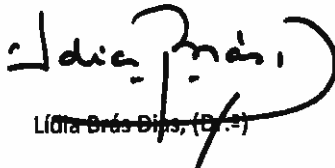
Atendendo ao exposto, o Pelouro da Educação enceta, no ano letivo 2018/2019 a abertura de candidatura a uma bolsa social de mérito que visa, fundamentalmente, a promoção de um ensino equitativo.

Com a atribuição de uma bolsa de estudo social de mérito pretende-se a distinção dos estudantes com aproveitamento escolar excecional, tal como previsto no Regulamento de Atribuição de Bolsas de Mérito a Estudantes de Instituições de Ensino Superior (Despacho n.º 9938/2010). Serão estabelecidos anualmente o número de bolsas a atribuir e o valor das mesmas, de acordo com a flexibilidade orçamental do Município que se determina nos quinze mil euros.

Face ao exposto propõe-se a aprovação do Regulamento que define as regras de atribuição de bolsa de estudo (no valor da propina anual) por parte do Município de Braga a estudantes que sejam admitidos em estabelecimentos de ensino superior, em cursos devidamente homologados para obtenção do grau académico de licenciatura, nos termos do artigo 241º da Constituição da República Portuguesa, das alíneas K) e u) do nº 1 do artigo 33º e alínea g) do nº 1 do artigo 25º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro (o presente normativo regulamenta a atribuição de bolsas de estudo a estudantes do ensino superior).

Município de Braga, setembro de 2018

A Vereadora da Educação



Lídia Brás Dias, (D.ª)

Utilizador: Epifânia Susete Rodrigues Oliveira

Praça Conde de Agrolongo 4704 - 514 Braga
Balcão Único Municipal
MODCMB02001_00

Tel. 253 203 150 - Fax 253 613 387

www.cm-braga.pt - e-mail : municipe@cm-braga.pt
Horário contínuo de 2.ª a 6.ª feira das 9h00 às 17h30
Página 1 de 1